



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CHAPADÃO DO CÉU**

(64) 3634-1310  
(64) 3634-1243

PROMULGADO EM 18/12/18  
PUBLICADO NO PLACARD DA  
CÂMARA EM 18/12/18

**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.**

**Inclui dispositivos na Lei Orgânica  
Municipal que especifica.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU, ESTADO DE  
GOIÁS, aprova e a sua Mesa promulga a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:**

Art. 1º. Incluem-se ao art. 209, da Lei Orgânica Municipal, os dispositivos abaixo:

“Art.

209.

.....  
.....

§ 6º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 7º. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 6º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 8º. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 6º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

§ 9º. As programações orçamentárias previstas no § 6º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.





§ 10. Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no § 8º deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independência da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o *caput* do art. 169, da Constituição Federal.

§ 11. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 8º deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 12. Após o prazo previsto no inciso IV do § 11, as programações orçamentárias previstas no § 8º não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 11.

§ 13. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 8º deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**CHAPADÃO DO CÉU**

(64) 3634-1310  
(64) 3634-1243

§ 14. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 8º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 15. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.”

CHAPADÃO DO CÉU, ESTADO DE GOIÁS, aos 18 dias do mês de dezembro de 2018.

Paulo Sérgio Alves de Pádua  
**PRESIDENTE**

Sérgio Barbosa de Jesus  
**1º SECRETARIO**

Francisco Ronildo Galdino  
**VICE-PRESIDENTE**

Walter Rosa  
**2º SECRETARIO**